



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 3.00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U.E.E., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 6.00 e para a 3.ª série Kz: 7.50, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — U. E. E.
	As três séries. . . . .	Kz: 9 996.00	
	A 1.ª série . . . . .	Kz: 5 641.00	
	A 2.ª série . . . . .	Kz: 3 860.00	
	A 3.ª série . . . . .	Kz: 2 375.00	

## SUMÁRIO

### Conselho de Ministros

#### Decreto-Lei n.º 3/00:

Aprova o estatuto orgânico do Ministério da Energia e Águas. — Revoga o Decreto n.º 23/92, de 5 de Junho e demais legislação que contrarie o presente decreto-lei.

### Ministério da Indústria

#### Decreto executivo n.º 13/00:

Aprova o regulamento interno do Conselho de Direcção.

#### Decreto executivo n.º 14/00:

Aprova o regulamento interno do Conselho de Auscultação Técnica.

### Ministério dos Transportes

#### Despacho n.º 56/00:

Nomeia uma Comissão Liquidatária da ETP-U.E.E., Cuanza-Norte.

## CONSELHO DE MINISTROS

### Decreto-Lei n.º 3/00 de 17 de Março

Considerando que o Decreto-Lei n.º 3/97, de 16 de Maio ao alterar a redacção do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 5/96, de 1 de Julho procedeu o reajustamento orgânico do Governo no âmbito da formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, tendo criado o Ministério da Energia e Águas.

Nos termos da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º ambos da Lei Constitucional o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o estatuto orgânico do Ministério da Energia e Águas, anexo ao presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação do presente decreto-lei serão resolvidas por decreto executivo do Ministro da Energia e Águas.

Art. 3.º — É revogado o Decreto n.º 23/92, de 5 de Junho e demais legislação que contrarie o presente decreto-lei.

Art. 4.º — O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 20 de Agosto de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

## ESTATUTO ORGÂNICO DO MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

### CAPÍTULO I

#### Natureza e Atribuições

#### ARTIGO 1.º (Natureza)

O Ministério da Energia e Águas, adiante designado abreviadamente por MINEA, é o órgão do Governo que tutela os sectores da Energia e Águas, sendo responsável pelo desenvolvimento das respectivas políticas, planificação, coordenação, supervisão e controlo das actividades relativas ao aproveitamento e utilização racional dos recursos energéticos e hídricos nacionais.

#### ARTIGO 2.º (Atribuições)

São atribuições do Ministério da Energia e Águas:

- propor e promover a execução da política a prosseguir pelos sectores da Energia e das Águas;

- b) definir, promover e garantir a qualidade do serviço público nas suas áreas de actuação;
- c) elaborar, no quadro do planeamento geral do desenvolvimento económico e social do País, os planos sectoriais relativos as suas áreas de actuação;
- d) promover actividades de investigação aplicadas com repercussão nas respectivas áreas de actuação;
- e) estabelecer estratégias, promover e coordenar o aproveitamento e a utilização racional dos recursos hídricos e energéticos, assegurando o desenvolvimento sustentável dos mesmos;
- f) propor e produzir legislação que estabeleça o enquadramento jurídico e legal da actividade nos sectores da Energia e das Águas, em particular a que se refere ao licenciamento e criar os mecanismos necessários à fiscalização do seu cumprimento;
- g) licenciar e inspeccionar a exploração de serviços e instalações de energia;
- h) licenciar e inspeccionar aproveitamentos hidráulicos e sistemas de água e de saneamento;
- i) promover acções de intercâmbio e cooperação internacional nas suas áreas de actuação;
- j) promover o desenvolvimento dos recursos humanos nos domínios da energia e águas;
- k) estabelecer normas para assegurar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e energia;
- l) as demais atribuições conferidas por lei.

**ARTIGO 3.º**  
(Direcção)

1. O Ministério da Energia e Águas é dirigido pelo respectivo Ministro, que coordena toda a sua actividade e funcionamento dos serviços que o integram.

2. No exercício das suas funções o Ministro da Energia e Águas é coadjuvado por Vice-Ministro, a quem poderá delegar competências para acompanharem, tratarem e decidirem os assuntos relativos à actividade e ao funcionamento dos serviços que lhes forem afectos.

**ARTIGO 4.º**  
(Competências do Ministro)

1. Compete ao Ministro da Energia e Águas:

- a) representar o Ministério;
- b) representar o País nas instituições internacionais no domínio da Energia e Águas de que Angola seja membro;

- c) dirigir as reuniões dos Conselhos Consultivo e Técnico do Ministério de Energia e Águas;
- d) aprovar e controlar a execução dos planos de trabalho do Ministério;
- e) assegurar o cumprimento da legislação em vigor, nos serviços centrais, nos órgãos tutelados e nas empresas sob tutela do Ministério;
- f) velar pela correcta aplicação da política de formação profissional, desenvolvimento técnico e científico dos recursos humanos do sector;
- g) definir a estratégia de formação profissional do Ministério de acordo com a política geral definida e em articulação com o órgão da administração do Estado vocacionado para o tratamento dessa matéria;
- h) promover a participação activa dos trabalhadores do Ministério e das empresas e serviços estatais sob sua tutela, na elaboração e controlo dos planos de actividade, bem como na resolução dos problemas que se apresentem às unidades orgânicas em que estejam enquadrados;
- i) assegurar a manutenção de relações de colaboração com os restantes órgãos da administração do Estado;
- j) realizar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.

**CAPÍTULO II**  
**Estrutura**

**SECÇÃO I**  
**Estrutura Geral**

**ARTIGO 5.º**  
(Estrutura)

1. A estrutura orgânica do Ministério da Energia e Águas compreende Serviços de Apoio de Consulta e Serviços Executivos Centrais.

2. São serviços de apoio instrumental:

Gabinete do Ministro.  
Gabinete do Vice-Ministro.  
Gabinete de Intercâmbio Internacional.  
Centro de Documentação e Informação.

3. São serviços de apoio técnico:

Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.  
Gabinete Jurídico.  
Gabinete de Inspeção.  
Secretaria Geral.

## 4. São serviços executivos centrais:

Direcção Nacional de Energia.  
Direcção Nacional de Águas.  
Gabinete de Recursos Humanos.

5. Os serviços de consulta do Ministério da Energia e Águas são o Conselho Consultivo e o Conselho Técnico.

6. O Ministério da Energia e Águas tutela, nos termos da legislação em vigor, Empresas, Institutos, Gabinetes de Gestão de Bacias, ou outros órgãos especializados, existentes ou a criar, para execução de actividades específicas, no âmbito da sua esfera de actuação.

SECÇÃO II  
Serviços de Apoio Instrumental

ARTIGO 6.º  
(Gabinetes do Ministro e do Vice-Ministro)

1. As atribuições e organização interna dos Gabinetes do Ministro e do Vice-Ministro são as constantes do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril.

2. Os Gabinetes do Ministro e do Vice-Ministro são dirigidos por directores equiparados a directores nacionais.

ARTIGO 7.º  
(Gabinete de Intercâmbio Internacional)

1. O Gabinete de Intercâmbio Internacional é o serviço que assegura o relacionamento e cooperação entre o Ministério e os organismos homólogos de outros países e as organizações internacionais.

2. Ao Gabinete de Intercâmbio Internacional compete nomeadamente:

- a) promover o relacionamento internacional dos sectores da Energia e Águas em conformidade com as orientações superiormente definidas e em conjunto com os órgãos afins de outros Ministérios;
- b) assegurar a participação do Ministério da Energia e Águas nos organismos regionais e internacionais dos sectores de Energia e Águas;
- c) prestar pontualmente aos demais serviços do Ministério e entidades interessadas informações relativas à energia e águas veiculadas pelas organizações internacionais existentes, de que Angola seja membro;
- d) proporcionar ao sector o acesso aos benefícios oferecidos pelos organismos internacionais a que Angola esteja filiada;
- e) acompanhar, na área de actuação do Ministério da Energia e Águas, as negociações relativas à celebração de acordos internacionais bilaterais e multilaterais.

ARTIGO 8.º  
(Centro de Documentação e Informação)

1. O Centro de Documentação e Informação é o serviço de apoio instrumental ao Ministério encarregue de organizar de forma selectiva, conservar e difundir toda a documentação de natureza técnica e de interesse para o Ministério, bem como desenvolver contactos com os meios de comunicação social sobre matérias específicas da área de actuação do Ministério e de promoção e divulgação da política a prosseguir pelos sectores da Energia e Águas.

2. Compete, em especial, ao Centro de Documentação e Informação:

- a) adquirir, recolher, catalogar e difundir toda a documentação de interesse para o Ministério;
- b) recolher, classificar, arquivar e conservar a documentação e informação técnica produzida pelas diferentes áreas do Ministério;
- c) adquirir, catalogar e conservar publicações de interesse geral, tais como revistas, jornais e boletins informativos;
- d) seleccionar e dar tratamento adequado às notícias e informações veiculadas através de meios de comunicação social, relacionadas com a actividade do Ministério;
- e) seleccionar ao tratamento da documentação técnica e das publicações de interesse geral adquiridas, bem como assegurar a sua divulgação pelas áreas do Ministério, através de boletins ou circulares informativos periódicos;
- f) assegurar os serviços de tradução;
- g) relacionar-se com os órgãos de comunicação social prestando-lhes informações autorizadas sobre diversas actividades do Ministério;
- h) acompanhar e assessorar as actividades do Ministro que devam ter cobertura dos meios de comunicação social;
- i) estabelecer e coordenar os contactos do Ministro e Vice-Ministro e outros responsáveis, com os meios de comunicação social;
- j) realizar as demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Ministro.

3. O Centro de Documentação e Informação é dirigido por um director equiparado a chefe de departamento nacional.

SECÇÃO III  
Órgãos de Apoio Técnico

ARTIGO 9.º  
(Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) é um órgão de apoio técnico, competindo-lhe designadamente:

- a) promover a elaboração dos planos e os programas sectoriais e acompanhar a sua execução;
- b) participar na formulação de políticas de Energia e Águas;
- c) participar nos estudos relacionados com o estabelecimento de taxas e tarifas a praticar nos sectores da Energia e das Águas;
- d) analisar a evolução da actividade económica no âmbito da actividade do Ministério da Energia e Águas e avaliar os resultados da implantação das medidas de política nesses domínios;
- e) assegurar a recolha, tratamento e análise de dados estatísticos e promover a difusão da respectiva informação;
- f) participar na elaboração do projecto de Orçamento da Energia e Águas;
- g) preparar e dar parecer sobre os programas e projectos de investimentos relativos aos sectores da Energia e das Águas;
- h) exercer as demais funções cometidas aos Gabinetes de Planeamento, nos termos da legislação em vigor.

2. Ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística compreende a seguinte estrutura organizativa:

- a) Departamento de Estudos e Estatística (DEE);
- b) Departamento de Planeamento e Programação (DPP).

3. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um director equiparado a director nacional e os departamentos são dirigidos por chefes de departamento com categoria de chefes de departamento nacional.

ARTIGO 10.º  
(Gabinete Jurídico)

1. O Gabinete Jurídico (GJ) é o órgão de apoio técnico ao qual cabe superintender e realizar toda actividade de assessoria jurídica e de estudos em matéria jurídica.

2. Compete ao Gabinete Jurídico, o seguinte:

- a) interpretar os diplomas legais e dar forma jurídica a documentos relativos às actividades dos sectores da Energia e das Águas;

- b) investigar e proceder a estudos de direito comparado, com vista à elaboração, aperfeiçoamento e desenvolvimento da legislação dos sectores da Energia e das Águas;
- c) emitir pareceres sobre assuntos que lhe sejam submetidos;
- d) colaborar com os órgãos legalmente instituídos nos actos jurídicos e processos judiciais em que o Ministério da Energia e Águas seja parte;
- e) preparar e propor os procedimentos jurídicos adequados à implementação, pelo Ministério da Energia e Águas, das convenções e acordos internacionais que envolvam os sectores da Energia e das Águas;
- f) promover a recolha de informação e documentação de índole jurídica indispensável a sua actividade, bem como organizar e manter actualizados ficheiros de legislação sobre matérias de interesse para os vários serviços e organismos do Ministério da Energia e Águas, divulgando-a e aconselhando para a sua correcta aplicação.

3. O Gabinete Jurídico exercerá as suas funções através de departamentos especializados caso se justifique.

4. O Gabinete Jurídico é dirigido por um director equiparado a director nacional.

ARTIGO 11.º  
(Gabinete de Inspeção)

1. O Gabinete de Inspeção é o serviço de apoio técnico, que assegura o acompanhamento, apoio e fiscalização do cumprimento, das funções horizontais, bem como da organização e funcionamento dos diversos serviços ou órgãos tutelados, no que se refere à legalidade dos actos, à eficiência e rendimento dos serviços e a utilização dos meios, cabendo-lhe igualmente propor medidas de correcção e melhoria.

2. Ao Gabinete de Inspeção compete, nomeadamente:

- a) proceder ao acompanhamento, apoio e controlo do cumprimento das funções horizontais da organização e funcionamento dos serviços do Ministério da Energia e Águas, no que se refere à legalidade dos actos, à eficiência e ao rendimento dos serviços, a utilização dos meios, bem como a apresentação de propostas de medidas de correcção e melhoria;
- b) elaborar e aplicar programas, normas e procedimentos necessários à realização das inspecções periódicas e regulares;

c) promover a realização de inquéritos, sindicâncias, auditorias e demais actos inspectivos, quando se afigure necessário à observância da legislação em vigor sobre os sectores da Energia e das Águas;

d) propor a institucionalização das formas de colaboração e coordenação com os demais serviços públicos, com competência para intervir no sistema de inspecção e fiscalização, ou na prevenção e repressão das respectivas infracções;

e) colaborar com os demais órgãos e organismos de inspecção, de harmonia com o previsto na lei e no presente diploma;

f) assegurar a execução, em todo território nacional, das demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinação superior.

3. O Gabinete de Inspecção exercerá as suas funções através de departamentos e comissões especializadas caso se justifique.

4. O Gabinete de Inspecção é dirigido por um director equiparado a director nacional.

#### ARTIGO 12.º (Secretaria Geral)

1. A Secretaria Geral é o serviço de apoio técnico que se ocupa das questões administrativas comuns a todos os serviços do Ministério da Energia e Águas, bem como da gestão do orçamento, património, da informática e das relações públicas.

2. São atribuições da Secretaria Geral:

a) dirigir, coordenar e executar as actividades administrativas, financeiras e patrimoniais;

b) elaborar o relatório de execução do orçamento do Ministério da Energia e Águas e submetê-lo a apreciação das entidades competentes;

c) propor medidas com vista a melhor utilização do património afecto ao Ministério da Energia e Águas, geri-lo e assegurar a aquisição de bens e equipamentos necessários ao funcionamento do Ministério da Energia e Águas;

d) desempenhar funções de utilidade comum aos diversos serviços do Ministério da Energia e Águas designadamente no domínio das instalações, serviço social, expediente geral, relações públicas e protocolo;

e) assegurar a protecção e conservação dos bens, equipamentos e instalações que constituem património do Ministério da Energia e Águas;

f) estudar e propor medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática o aperfeiçoamento da organização do Ministério da Energia e Águas e dos processos e métodos de trabalho;

g) assegurar o normal funcionamento do Ministério da Energia e Águas em tudo que não seja competência específica de outros órgãos.

3. A Secretaria Geral compreende os seguintes departamentos:

a) Departamento de Administração e Gestão do Orçamento (DAGO);

b) Serviços Gerais e Relações Públicas (SGRP).

4. A Secretaria Geral é dirigida por um secretário geral com a categoria equivalente à director nacional e os departamentos são dirigidos por chefes de departamento.

#### SECÇÃO IV Órgãos Executivos

#### ARTIGO 13.º (Direcção Nacional de Energia)

1. A Direcção Nacional de Energia é o serviço do Ministério da Energia e Águas que tem por objecto o estudo, concepção e acompanhamento da execução das políticas no âmbito do sector da energia.

2. São atribuições da Direcção Nacional de Energia, as seguintes:

a) propor a política energética nacional e acompanhar a sua execução;

b) propor o plano energético nacional, incluindo as estratégias da sua implementação, tendo em conta as perspectivas do crescimento económico do País e as questões ambientais, acompanhando a sua execução;

c) promover e coordenar a elaboração do programa anual do sector da energia e o respectivo relatório de execução;

d) promover a recolha dos dados estatísticos sobre energia e a elaboração dos balanços energéticos nacionais;

e) fomentar a diversificação energética, em especial pela utilização das energias renováveis;

f) promover a utilização racional das diferentes formas de energia e a intensificação sistemática da poupança de energia, numa perspectiva económica e de segurança do fornecimento;

g) promover a difusão de informação, designadamente nos aspectos de conservação e diversificação energética;

- h) promover e orientar programas de reabilitação e expansão das infra-estruturas do sistema eléctrico público;
- i) organizar o processo de adjudicação das concessões e atribuição de licenças, nos termos da legislação aplicável;
- j) participar nos estudos relacionados com a formulação dos preços dos produtos energéticos;
- k) propor legislação reguladora das actividades do sector, fiscalizando o seu cumprimento;
- l) participar na elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas adequadas, para as instalações e equipamentos que produzam, transportem, distribuam e utilizem energia eléctrica e fiscalizar o seu cumprimento;
- m) licenciar, nos termos da legislação aplicável, instalações e equipamentos que produzam, transportem, distribuam e utilizem energia eléctrica;
- n) emitir certificados de qualidade relativamente ao material eléctrico a utilizar em instalações, bem como aparelhos e equipamentos que utilizem energia eléctrica;
- o) credenciar, nos termos da lei, profissionais ou entidades responsáveis por instalações eléctricas;
- p) participar nas acções de investigação científica e tecnológica no domínio das energias renováveis e da eficiência energética;
- q) garantir o exercício dos direitos e deveres decorrentes da adesão de Angola a organismos internacionais, no domínio da energia;
- r) participar no estabelecimento das relações de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, tendo em vista o aproveitamento das potencialidades energéticas do País;
- s) promover a formação dos técnicos necessários à realização das acções de gestão dos recursos energéticos;
- t) acompanhar e participar na análise e equacionamento das questões ambientais relacionadas com o sector da energia.

3. A Direcção Nacional de Energia exercerá as suas funções através da seguinte estrutura organizativa:

- a) Departamento de Desenvolvimento Energético (DDE);
- b) Departamento de Energia Eléctrica (DEE);
- c) Departamento de Licenciamento e Fiscalização (DLF).

4. A Direcção Nacional de Energia é dirigida por um director nacional e os departamentos por chefes de departamento nacionais.

#### ARTIGO 14.º (Direcção Nacional de Águas)

1. A Direcção Nacional de Águas é o serviço do Ministério da Energia e Águas que tem por objecto o estudo, concepção e acompanhamento da execução das políticas no domínio das águas.

2. A Direcção Nacional das Águas compete designadamente:

- a) proceder à inventariação geral dos recursos hídricos, apoiar o seu planeamento e gestão integrada, bem como a realização de obras hidráulicas;
- b) propor e promover a implementação da política de abastecimento de água e saneamento;
- c) promover a elaboração do Plano Director da Rede Hidrométrica Nacional, bem como proceder à sua implementação, promover a elaboração de esquemas gerais de aproveitamento dos recursos hídricos;
- d) proceder ao acompanhamento das acções de cooperação internacional que envolvam estados de bacia na optimização e partilha de recursos hídricos de interesse comum;
- e) promover o aproveitamento racional dos recursos hídricos, nomeadamente através da luta contra os desperdícios, a poluição e contaminação;
- f) promover a realização de estudos e a execução de projectos de aproveitamentos hidráulicos, assegurando a sua correcta exploração;
- g) organizar e propor a publicação de normas, regulamentos e especificações técnicas no domínio da gestão dos recursos hídricos e zelar pela sua aplicação;
- h) constituir o Cadastro Nacional de Águas, assegurando o registo das concessões e das licenças de uso e aproveitamento da água, bem como das autorizações de descargas de efluentes, concedidas ao abrigo da lei;
- i) propor a aplicação de taxas e multas e pela utilização dos recursos hídricos;
- j) participar nas acções de investigação científica e tecnológica relativas à gestão e aproveitamento integrado dos recursos hídricos e aos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- k) recolher e difundir informação relativa à gestão dos recursos hídricos e promover a sensibilização e participação das populações;

- l) recolher e difundir informação relativa à gestão dos recursos hídricos e promover a sensibilização e participação das populações;
- m) promover a execução dos investimentos, estudos e projectos de sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- n) promover a elaboração e divulgação de normas e regulamentos sobre abastecimento de água e saneamento e zelar pelo seu cumprimento;
- o) licenciar e inspeccionar instalações de abastecimento de água e saneamento;
- p) promover a utilização racional da água e participar no processo de fixação das tarifas de água e saneamento;
- q) participar na formação e capacitação dos técnicos necessários à realização dos planos e programas do sector de águas;
- r) promover o estabelecimento das relações de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, tendo em vista a eficiência dos serviços de abastecimento de água e saneamento.

3. A Direcção Nacional de Águas compreende a seguinte estrutura organizativa:

- a) Departamento de Recursos Hídricos (DRH);
- b) Departamento de Abastecimento de Água e Saneamento (DAAS);
- c) Departamento de Licenciamento e Fiscalização (DLFI).

4. A Direcção Nacional de Águas é dirigida por um director nacional e os departamentos por chefes de departamento.

**ARTIGO 15.º**  
(Gabinete de Recursos Humanos)

1. O Gabinete de Recursos Humanos é o serviço a quem compete coordenar e controlar as actividades dos sectores da Energia e das Águas nos domínios da gestão e desenvolvimento integrado dos recursos humanos.

2. São atribuições do Gabinete de Recursos Humanos:

- a) assegurar o desenvolvimento integrado dos recursos humanos do Ministério da Energia e Águas;
- b) assegurar a gestão provisional dos recursos humanos;
- c) propor as políticas e metodologias de gestão de recursos humanos dos sectores da Energia e das Águas;

- d) propor as políticas e metodologias de formação nos sectores da Energia e das Águas e avaliar o seu cumprimento;
- e) garantir e zelar pelo cumprimento da legislação laboral e demais referente aos recursos humanos;
- f) propor medidas necessárias à execução da política de gestão dos recursos humanos no Ministério da Energia e Águas, visando a sua dignificação e estímulo profissional;
- g) implementar as políticas de acção social, segurança e higiene do trabalho;
- h) colaborar com as instituições de formação dos sectores na promoção e realização das acções de formação.

3. O Gabinete de Recursos Humanos é dirigido por um director equiparado a director nacional.

4. O Gabinete de Recursos Humanos exercerá as suas funções através de departamentos especializados caso se justifique.

**SECÇÃO IV**  
**Órgãos Consultivos**

**ARTIGO 16.º**  
(Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o órgão de consulta do Ministro.

2. O Conselho Consultivo funcionará de forma alargada ou restrita.

3. O Conselho Consultivo Alargado é integrado por quadros de Direcção Central e Local do Ministério da Energia e Águas, bem como por outras entidades que o Ministro entenda convidar.

4. Fazem parte do Conselho Consultivo Restrito, além do Ministro que o preside:

- a) o Vice-Ministro;
- b) os Directores Nacionais;
- c) os Directores dos Gabinetes;
- d) o Secretário Geral.

**ARTIGO 17.º**  
(Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão de assessoria técnica especializada dos sectores da Energia e das Águas, ao qual compete pronunciar-se sobre as questões de carácter técnico à ele submetidas.

2. A organização, composição e funcionamento dos Conselhos Técnicos constam de regulamentos próprios.

### CAPÍTULO III Do Pessoal

#### ARTIGO 18.º (Quadro de pessoal)

1. O quadro de pessoal é o constante do mapa anexo ao presente estatuto orgânico e que dele é parte integrante.

2. O provimento do quadro de pessoal de direcção é feito nos termos da legislação em vigor.

3. O quadro de pessoal do Ministério da Energia e Águas poderá ser alterado quanto as categorias e número de unidades, de harmonia com a evolução e exigências dos serviços, por decreto executivo do Ministro da Energia e Águas, ouvidos os Ministros da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças.

4. Para o estudo de problemas específicos ou outros trabalhos que não possam ser realizados por pessoal do quadro do Ministério da Energia e Águas, o Ministro poderá autorizar a contratação de especialistas nacionais ou estrangeiros, nos limites da legislação em vigor.

### CAPÍTULO IV Orçamento

#### ARTIGO 19.º (Do Orçamento)

O Ministério da Energia e Águas dispõe de orçamento próprio para o seu funcionamento cuja gestão obedecerá às normas estatuídas na legislação vigente.

### CAPÍTULO V Disposições Finais e Transitórias

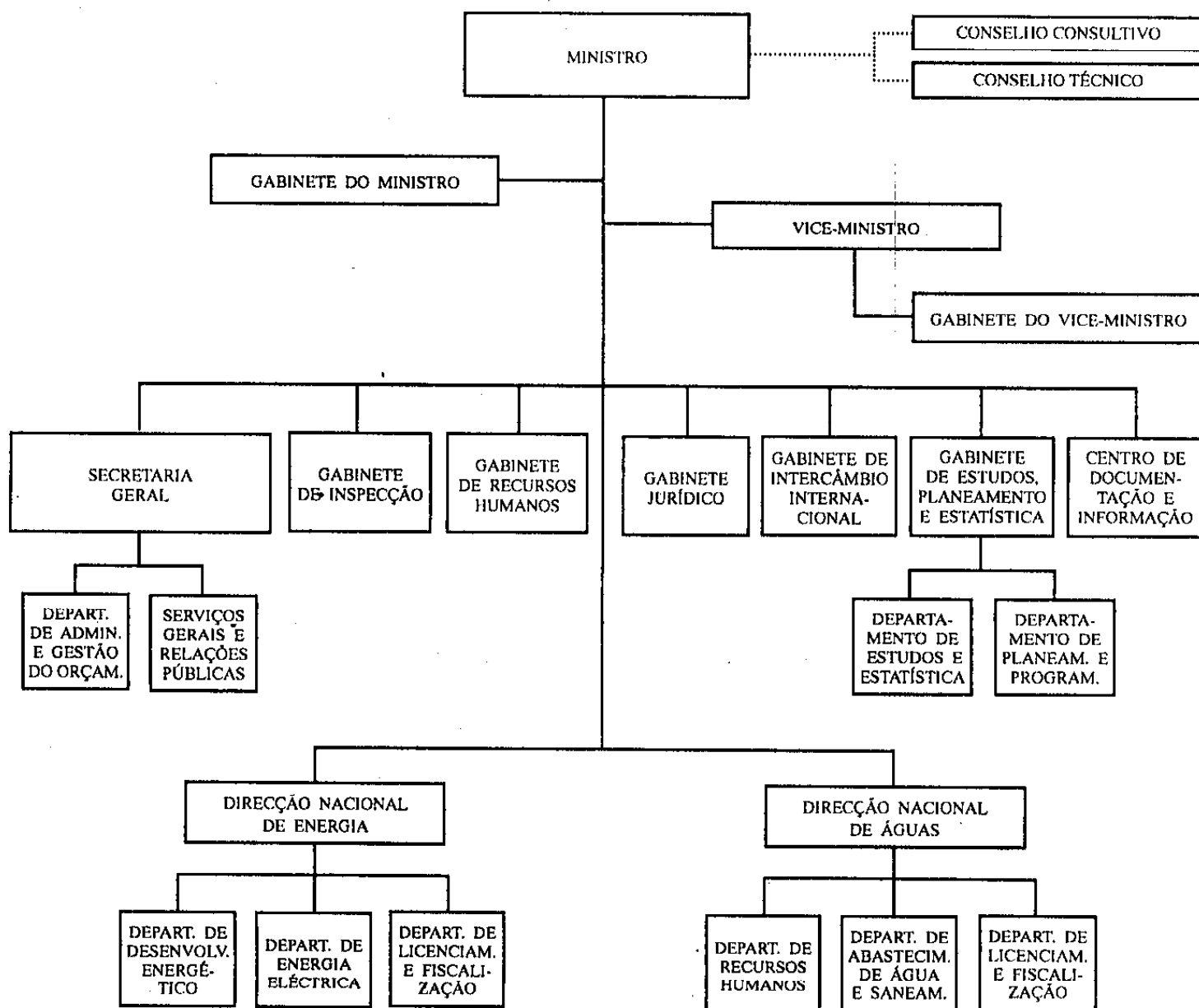
#### ARTIGO 20.º (Regulamentos internos)

No prazo máximo de 120 dias, contados a partir da data da publicação do presente estatuto orgânico, serão publicados os regulamentos internos das direcções e gabinetes do Ministério da Energia e Águas, a serem aprovados por decreto executivo do Ministro da Energia e Águas.

### Quadro de pessoal a que se refere o n.º 1 do artigo 17.º do estatuto orgânico que antecede

N.º de lugares	Designação funcional/categoria
	<i>Titulares de cargos políticos:</i>
1	Ministro
1	Vice-Ministro
	<i>Cargos de direcção e chefia:</i>
1	Secretário geral
2	Directores nacionais
5	Directores de gabinete
1	Director de gabinete do Ministro
1	Director de gabinete do Vice-Ministro
1	Director-adjunto de gabinete do Ministro
15	Chefes de departamento
3	Chefes de repartição
30	Chefes de secção
	<i>Carreira técnica superior:</i>
6	Assessores principais
5	Primeiros assessores
5	Assessores
2	Técnicos superiores de 1.ª classe
15	Técnicos superiores de 2.ª classe
	<i>Carreira técnica média:</i>
5	Técnicos médios principais de 1.ª classe
3	Técnicos médios principais de 2.ª classe
7	Técnicos médios principais de 3.ª classe
4	Técnicos médios de 1.ª classe
2	Técnicos médios de 2.ª classe
10	Técnicos médios de 3.ª classe
	<i>Carreira administrativa:</i>
5	Oficiais administrativos principais
6	Primeiros oficiais administrativos
4	Segundos oficiais administrativos
6	Terceiros oficiais administrativos
12	Aspirantes
2	Escriturários-dactilógrafos
	<i>Carreira de motorista:</i>
5	Motoristas de pesados principais
5	Motoristas de pesados de 1.ª classe
1	Motorista de pesado de 2.ª classe
3	Motoristas de ligeiros de 1.ª classe
4	Motoristas de ligeiros de 2.ª classe
	<i>Carreira de auxiliar administrativo:</i>
4	Auxiliares administrativos de 1.ª classe
3	Auxiliares administrativos de 2.ª classe
	<i>Carreira de auxiliar de limpeza:</i>
10	Auxiliares de limpeza principais
2	Auxiliares de limpeza de 1.ª classe
	<i>Carreira de operário qualificado:</i>
1	Encarregado
2	Operários qualificados de 1.ª classe
	<i>Carreira de operário não qualificado:</i>
1	Encarregado
2	Operários não qualificados de 1.ª classe



**Organigrama**

O Presidente da República, José EDUARDO DOS SANTOS.

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA**

**Decreto executivo n.º 13/00**  
de 17 de Março

O presente diploma consagra a regulamentação do Conselho de Direcção do Ministério da Indústria prevista na alínea b) do n.º 2.1 do artigo 4.º do estatuto orgânico do referido Ministério, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/99 de 12 de Novembro.

Com o presente acto normativo passa o Conselho de Direcção do Ministério da Indústria a dispor, em termos de estrutura, dos meios adequados à realização das atribuições que são descritas no artigo 8.º do já referido estatuto orgânico.

Nos termos do n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o regulamento interno do Conselho de Direcção do Ministério da Indústria, anexo ao presente decreto executivo e que dele faz parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões que se verificarem na interpretação e aplicação do presente diploma serão resolvidas pelo Ministro da Indústria.

Art. 3.º — Este decreto executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2000.

A Ministra, *Albina Assis Africano*.